



Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

Concurso Público 2015

08/03/2015 – Nível Superior

Analista (Advogado)

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - este caderno de prova, contendo 80 questões objetivas;
 - uma folha destinada às respostas das questões objetivas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 horas**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas 2 (duas) horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **10/03/2015**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpmt.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **11/03/2015** até as 23h59 do dia **12/03/2015**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpmt, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Com base no texto 1, responda às questões 01 a 07.

Texto 1

“Brasileiro adora elogio de estrangeiro. Ninguém questiona quando falam bem da gente. Quando nos criticam, porém, a história é outra. Quem nos critica é mal-intencionado – ou quer nos colonizar.

Se a revista *Economist* publica na capa o Cristo Redentor em forma de foguete, com a manchete ‘o Brasil decola’, é chamada de “a melhor revista do mundo”. Se traz o mesmo Cristo Redentor voando desgovernado, com a pergunta ‘O Brasil estragou tudo?’, é acusada de ‘instrumento do capital internacional’.

Muito da dificuldade que encontramos em lidar com a crítica decorre de insegurança em relação a nossa identidade nacional. Não sabemos bem quem somos.”

(Alexandre Vidal Porto. *Folha de São Paulo*.)

1

Segundo o cronista, o brasileiro

- (A) não aceita críticas quando elas partem de órgãos internacionais.
- (B) capitaliza a seu favor todas as apreciações negativas publicadas.
- (C) critica os estrangeiros por seu envolvimento com o capital internacional.
- (D) consegue identificar os reais motivos das críticas contra o Brasil.
- (E) mostra insegurança diante de julgamentos contrários.

2

O cronista utiliza uma linguagem cuidada, mas com marcas de coloquialismo.

Assinale a opção que indica a frase que mostra esse coloquialismo.

- (A) “Brasileiro adora elogio de estrangeiro”.
- (B) “Ninguém questiona quando falam bem da gente”.
- (C) “Quando nos criticam, porém, a história é outra”.
- (D) “Quem nos critica é mal intencionado – ou quer nos colonizar.”
- (E) “Não sabemos bem quem somos”.

3

O segundo parágrafo do texto apresenta

- (A) argumento que comprova a opinião do primeiro parágrafo.
- (B) explicação para os segmentos teóricos anteriores.
- (C) resumo factual de tudo o que foi dito anteriormente.
- (D) exemplificação comprovadora de nossa subserviência.
- (E) enumeração de fatos que mostram nosso próprio desconhecimento.

4

“Ninguém questiona quando falam bem da gente. Quando nos criticam, porém, a história é outra. Quem nos critica é mal-intencionado – ou quer nos colonizar”.

Assinale a opção que indica o problema estrutural desse segmento do texto.

- (A) O emprego simultâneo de “a gente” e “nós”.
- (B) O uso da forma plural “falam” sem sujeito explícito.
- (C) O deslocamento de “porém” para o meio da frase.
- (D) A grafia de “mal-intencionado” com hífen.
- (E) A colocação do pronome “nos” entre dois verbos.

5

A primeira das capas da revista *Economist* dizia “O Brasil decola”.

Com essas palavras, certamente, a revista se referia

- (A) ao aumento incrível do número de viagens ao exterior pelos brasileiros.
- (B) ao fato de o monumento do Cristo Redentor ter-se tornado conhecido.
- (C) ao início de uma fase de crescimento econômico.
- (D) ao final de um processo que levou o país ao grupo dos desenvolvidos.
- (E) ao processo de preparação para os grandes eventos aqui realizados.

6

Assinale a opção que indica o segmento em que o emprego da preposição sublinhada ocorre em função da presença de um termo anterior que a exige.

- (A) “Brasileiro adora elogio de estrangeiro”.
- (B) “Se a revista *Economist* publica na capa o Cristo Redentor em forma de foguete”.
- (C) “... com a manchete ‘o Brasil decola’, é chamada de ‘a melhor revista do mundo””.
- (D) “instrumento do capital internacional”.
- (E) “Muito da dificuldade que encontramos em lidar com a crítica decorre de insegurança em relação a nossa identidade nacional”.

7

“Se a revista *Economist* publica na capa o Cristo Redentor em forma de foguete, com a manchete ‘o Brasil decola’, é chamada de ‘a melhor revista do mundo’. Se traz o mesmo Cristo Redentor voando desgovernado, com a pergunta ‘O Brasil estragou tudo?’, é acusada de ‘instrumento do capital internacional’”.

As opções a seguir apresentam algumas propostas de alteração desse segmento do texto 1.

Assinale a opção em que a alteração **modifica** o sentido original.

- (A) “Se a revista *Economist* publica” / caso a revista *Economist* publicasse.
- (B) “a melhor revista do mundo” / a revista melhor do mundo.
- (C) “Se traz o mesmo Cristo Redentor” / se o mesmo Cristo Redentor é trazido.
- (D) “voando desgovernado” / voando sem controle.
- (E) “com a manchete ‘O Brasil decola’ ” / com “O Brasil decola” como manchete.

Com base no texto 2, responda às questões 08 a 13.**Texto 2**

Assim que pisa em solo estrangeiro, todo turista logo é descoberto. Suas roupas, seus gestos, e, principalmente, sua fala e sotaque revelam. Só poucos minutos de convivência com os nativos e o estrangeiro é abordado e questionado: “*De onde vem? Onde nasceu? O que veio fazer aqui?*”.

Essa recepção é tão usual que qualquer curso de línguas inclui em suas primeiras aulas um treino de perguntas e respostas dessa conversa entre estrangeiros chegando a um país e os locais.

Nós, brasileiros, conhecemos bem esta história. O brasileiro que viaja ao exterior está acostumado a ouvir: “*É brasileiro? Gosto muito dos brasileiros! Vejo um brasileiro e lembro do samba, do Carnaval, e do futebol. Que coisa linda!*”.

Com orgulho, o brasileiro sorri e confirma: “*Sim, sou brasileiro!*”. E esse diálogo abre as portas lá fora, rendendo diversas perguntas sobre futebol, carnaval e samba, e abrindo chance para bons relacionamentos com os locais.

Por outro lado, esta mesma conversa no exterior é tão repetida que incomoda muitos de nós. Entre os turistas que se sentem assim, é consenso que a visão do Brasil pelo estrangeiro como o país do Carnaval, samba e futebol é muito pequena (e até ofensiva) para um país grande e diverso.

O fato é que, agradando ou incomodando, sabemos que a identidade do brasileiro é inevitavelmente ligada a esta trinca. E isto não é tão mau assim. Se os estrangeiros tocam neste assunto é porque pensam em um mar de emoções positivas. Felicidade, descontração, relaxamento, enfim, tudo o que um ser humano sonha de bom para a vida.

Não é para menos que, ao nos conhecer, muitos se abrem em um grande sorriso, e procuram prolongar ao máximo a conversa com um brasileiro na tentativa de se manter alegres. Nossa identidade é invejada e desejada por qualquer estrangeiro!

(Comportamento, julho de 2014)

8

A estrutura do texto 2 é caracterizada como

- (A) uma narrativa, pois relata ações em ordem cronológica.
- (B) uma descrição, pois mostra traços característicos do brasileiro.
- (C) uma exposição argumentativa em defesa do “*caráter brasileiro*”.
- (D) uma exposição informativa sobre fatos parcialmente desconhecidos.
- (E) uma narrativa com finalidade argumentativa.

9

“*Essa recepção é tão usual que qualquer curso de línguas inclui em suas primeiras aulas um treino de perguntas e respostas dessa conversa entre estrangeiros chegando a um país e os locais*”.

Sobre esse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) o termo “*essa recepção*” se refere a algo que vai ser explicado a seguir.
- (B) a oração iniciada por “*que*” indica uma consequência da oração anterior.
- (C) o termo “*os locais*” se refere a outros locais do país.
- (D) o segmento “*qualquer curso de línguas*” equivale a “*um curso de línguas qualquer*”.
- (E) o termo “*os locais*” deveria estar precedido também da preposição “*a*”: “*e aos locais*”.

10

Segundo o texto 2, o brasileiro sente-se incomodado com o fato de muitos dos estrangeiros

- (A) procurarem estender a conversa conosco.
- (B) terem inveja de nossa identidade.
- (C) desejarem ter o que há de bom para a vida.
- (D) reduzirem nosso país a carnaval, samba e futebol.
- (E) repetirem constantemente as mesmas perguntas.

11

As frases de um texto são organizadas em relações semânticas.

No caso da frase “*Assim que pisa em solo estrangeiro, todo turista logo é descoberto*”, as duas orações que compõem o período apresentam a seguinte relação:

- (A) localização espacial / causa da oração anterior.
- (B) localização temporal / consequência.
- (C) afirmação / explicação.
- (D) situação temporal / ação posterior.
- (E) situação espacial / ação anterior.

12

Em muitos casos do texto, o autor prefere a voz passiva à ativa, tornando o sujeito paciente da ação.

Assinale a opção que indica o segmento que **não** exemplifica a voz passiva.

- (A) “*Assim que pisa em solo estrangeiro, todo turista logo é descoberto*”.
- (B) “*Só poucos minutos de convivência com os nativos e o estrangeiro é abordado e questionado*”.
- (C) “*O brasileiro que viaja ao exterior está acostumado a ouvir*”.
- (D) “*a identidade do brasileiro é inevitavelmente ligada a esta trinca*”.
- (E) “*Nossa identidade é invejada e desejada por qualquer estrangeiro!*”

13

“*Não é para menos que, ao nos conhecer, muitos se abrem em um grande sorriso*”.

A oração sublinhada equivale à seguinte forma de reescritura:

- (A) antes de nos conhecerem.
- (B) quando nos conhecem.
- (C) caso nos conheçam.
- (D) após conhecerem-nos.
- (E) se nos conhecem.

A charge a seguir refere-se às questões 14 e 15.



14

Sabendo-se que a charge acima foi publicada em fevereiro de 2015, a charge tem, por razão de sua publicação,

- (A) o momento do país, com graves problemas internos.
- (B) o alto índice de homicídios em todas as regiões.
- (C) a falta de assistência médica adequada.
- (D) a elevação dos últimos índices de inflação.
- (E) a falta de água que assola o Sudeste.

15

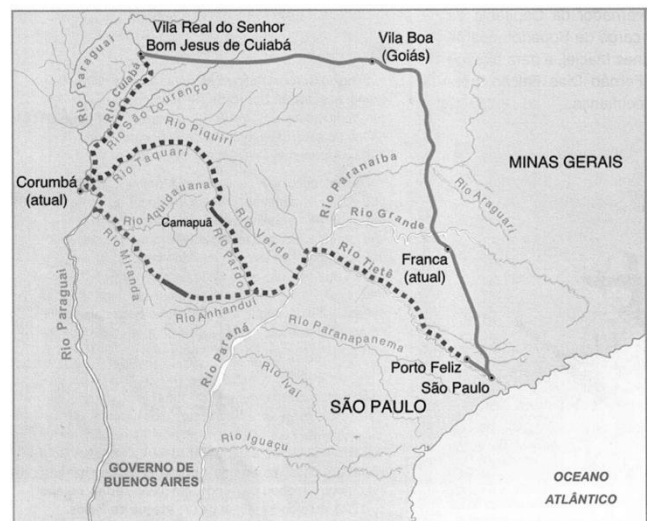
Sobre a linguagem da charge, assinale a afirmativa correta.

- (A) A expressão “Nossa!” mostra indignação da enfermeira.
- (B) A expressão “Nossa!” é uma forma abreviada de “Nossa Senhora!”.
- (C) A frase da enfermeira mostra descaso da norma culta.
- (D) A resposta do Brasil mostra que ele não entendeu a pergunta.
- (E) A resposta do Brasil indica a consequência do que ocorreu.

Conhecimentos Gerais

16

Analise o mapa a seguir.



O mapa acima ilustra a rota das monções do sul. A linha contínua entre São Paulo e a Vila Real de Cuiabá indica o caminho terrestre, ao passo que as linhas pontilhadas indicam as rotas monçoeiras percorridas no século XVIII.

A respeito do impacto da rede monçoeira no oeste luso-americano no final do período colonial, analise as afirmativas a seguir.

- I. O movimento monçoeiro foi uma continuação do bandeirismo paulista que, nos séculos XVI e XVII, percorreram os territórios ocidentais e atravessaram a região onde se formariam os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- II. O mapa ilustra os itinerários das monções do sul estabelecidas em função das descobertas auríferas do rio Cuiabá, no início do século XVIII, a cargo da expedição liderada por Artur de Sá e Menezes, então governador e capitão geral do Rio, São Paulo e Minas.
- III. No século XVIII, as monções do sul permitiram a efetivação do povoamento da região que hoje corresponde a Mato Grosso, contribuíram para a ampliação territorial da América Portuguesa e exerceram importante papel no desenvolvimento do mercado interno e no escoamento do ouro dos territórios a oeste.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

17

A presença de escravos africanos, em Mato Grosso, é decorrente do desenvolvimento da mineração, a partir da primeira metade do século XVIII. Desde o começo, a escravidão foi acompanhada por diversas modalidades de resistência ao trabalho compulsório, entre as quais a fuga e a organização de quilombos.

Assinale a opção que indica os dois quilombos mato-grossenses mais importantes dos séculos XVIII e XIX.

- (A) Piolho e Carucango.
- (B) Quariterê e Rio Manso.
- (C) Palmares e Piolho.
- (D) Carucango e Quariterê.
- (E) Aldeia da Carlota e Palmares.

18

Assinale a opção que descreve corretamente um dos objetivos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), mais conhecida como Comissão Rondon (1907-1915).

- (A) Estender uma linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho.
- (B) Facilitar o trânsito de mercadorias por meio de um sistema ferroviário para o Amazonas.
- (C) Ampliar o conhecimento da região e demarcar os territórios indígenas das tribos já pacificadas.
- (D) Combater as tribos rebeldes, obrigando-as a se submeterem às normas do Estado Republicano.
- (E) Desenvolver núcleos de povoamento ao longo das linhas telegráficas para incentivar a colonização do oeste brasileiro.

19

Com relação ao ICMS Ecológico (ICMS-E) do Estado de Mato Grosso, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Unidade de Conservação (UC) é uma das referências, juntamente a outros critérios ambientais, para o cálculo do ICMS-E.
- II. A presença de Territórios Indígenas (TI) é um dos parâmetros para determinar a atribuição de recursos oriundos do ICMS-E.
- III. Os municípios que desrespeitam a legislação de preservação das Unidades de Conservação são taxados com esse tributo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

20

Sobre as unidades geomorfológicas do Estado de Mato Grosso, analise as afirmativas a seguir.

- I. A chapada do Guimarães é formada por terrenos cristalinos recobertos parcialmente por lavas vulcânicas fortemente erodidas.
- II. O planalto e a chapada dos Parecis estendem-se no sentido leste-oeste, exercendo a função de divisor de águas entre a Bacia Amazônica e a do rio Paraguai.
- III. O Pantanal mato-grossense é uma extensa planície de acumulação, com topografia plana, na qual, durante o verão, o fluxo das águas que vertem para o rio Paraguai supera sua capacidade de escoamento.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

21

Relacione os conceitos presentes no Código Florestal às respectivas definições.

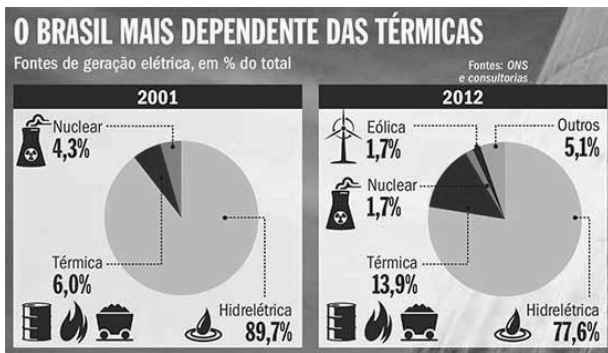
- 1. Reserva Legal
 - 2. Pequena propriedade
 - 3. Área de Preservação Permanente
- () Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade.
- () Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- () Posse explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto na Lei nº 11.326/06.

Assinale a opção que indica a relação correta, de cima para baixo.

- (A) 3 – 2 – 1
- (B) 1 – 2 – 3
- (C) 2 – 3 – 1
- (D) 2 – 1 – 3
- (E) 3 – 1 – 2

22

Analise a imagem a seguir.



(<http://planetasustentavel.abril.com.br/imagem/as-termicas-a-todo-vapor-Meio2.jpg> 2013)

Com relação aos impactos socioambientais decorrentes da evolução da matriz energética brasileira desde 2001, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O uso de usinas termelétricas pertence a um modelo elaborado após a crise energética de 2001, para diversificar as fontes de fornecimento de eletricidade.
- () As usinas termelétricas são alimentadas pela queima de combustíveis fósseis, o que gera a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global.
- () A geração de energia elétrica brasileira assenta-se majoritariamente em fontes não renováveis, cuja exploração tem forte impacto ambiental.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

23

Nos últimos anos, muitos territórios e países viveram situações de conflito em função de movimentos separatistas.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Catalunha é uma comunidade autônoma que, em 2014, mediante um processo participativo, manifestou seu desejo de tornar-se um Estado-nação independente da Espanha.
- II. A Escócia obteve a independência em relação ao Reino Unido, mediante plebiscito realizado em 2014.
- III. Os departamentos que formam a *meia-lua boliviana* (Santa Cruz, Beni e Pando) tornaram-se independentes após o plebiscito de 2008, dando origem à nação Camba.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

24

“Temerosos sobre o futuro da Grécia, os investidores começam a se preocupar com a capacidade da Europa de evitar o ‘Grexit’, como foi apelidada o que pode vir a ser a saída da Grécia da zona do euro.” (O Globo, 17/02/2015.)

Sobre a política de austeridade imposta pelo Banco Central Europeu e o FMI a alguns países da zona do euro, analise as afirmativas a seguir.

- I. A economia grega viveu uma recessão sem precedentes em tempos de paz, encolhendo 25% do PIB nos últimos 5 anos.
- II. Os movimentos populares, como o *Podemos* na Espanha, ganharam espaço político graças ao discurso antiausteridade.
- III. A adoção dessa política provocou o empobrecimento da classe média e aumentou significativamente o desemprego.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

25

O Código de Ética dos Membros da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso estabelece que um dos deveres fundamentais do membro da Defensoria Pública é “promover o acesso dos hipossuficientes e dos vulneráveis à Justiça”.

Assinale a opção que identifica o princípio assegurado ao cidadão pelo cumprimento desse dever.

- (A) Imputabilidade.
- (B) Tolerância.
- (C) Equidade.
- (D) Autoridade.
- (E) Privacidade.

Legislação Específica

26

Pedro e Cristina são casados e possuem dois filhos menores, Tadeu e Joaquim. O casal procurou a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul para ingressar com ação para obtenção de medicamentos para Joaquim, em face do Estado, que se recusa a fornecê-los. Ambos trabalham com carteira assinada, auferindo mensalmente, cada um, o valor líquido de dois salários mínimos.

Com base na Resolução nº 46/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública e na Lei Complementar nº 146/2003, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pedro e Cristina terão que requerer a assistência jurídica gratuita ao Defensor Público Geral do Estado, tendo em vista que a renda familiar mensal ultrapassa a quantia de três salários mínimos.
- (B) Pedro e Cristina serão considerados presumidamente hipossuficientes de recursos para fins de assistência jurídica pela Defensoria Pública, tendo em vista que a renda familiar é de até cinco salários mínimos.
- (C) Nesse caso, não serão consideradas as necessidades econômicas dos beneficiários, por se tratar de exercício de curadoria especial.
- (D) Pedro e Cristina serão considerados presumidamente hipossuficientes de recursos para fins de assistência jurídica pela Defensoria Pública eis que somente serão levados em consideração os rendimentos de Pedro, sendo estes inferiores a três salários mínimos.
- (E) Pedro e Cristina seriam considerados presumidamente hipossuficientes de recursos para fins de assistência jurídica pela Defensoria Pública, ainda que possuíssem patrimônio vultoso.

27

O Código de Ética dos membros da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, instituído pela Resolução nº 63/2014 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, é aplicável exclusivamente

- (A) aos membros da Defensoria Pública.
- (B) aos servidores, Ouvidores Gerais e demais órgãos auxiliares da Defensoria Pública.
- (C) aos membros dos órgãos de Administração Superior da Defensoria Pública e, extensivamente, aos Defensores Públicos de Entrância Especial.
- (D) aos membros da Defensoria Pública e, extensivamente, aos seus servidores, Ouvidores Gerais e demais órgãos auxiliares.
- (E) aos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública.

28

De acordo com a Lei Complementar nº 146/2003, a nomeação para a classe inicial da carreira de Defensor Público no Estado de Mato Grosso será feita

- (A) pelo Governador do Estado de Mato Grosso.
- (B) pelo Defensor Público Geral do Estado de Mato Grosso.
- (C) pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.
- (D) pelo Corregedor da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.
- (E) pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

29

Em recente decisão do Supremo Tribunal Federal, foi reafirmada a autonomia das Defensorias Públicas Estaduais.

Com relação à autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas dos estados, analise as afirmativas a seguir.

- I. Cabe à Defensoria Pública do estado de Mato Grosso abrir concurso público e prover os cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares.
- II. Cabe à Defensoria Pública do estado de Mato Grosso compor seus órgãos de Administração Superior e de atuação.
- III. Cabe à Defensoria Pública do estado de Mato Grosso elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

30

O Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso recebeu representação contra membro da Defensoria Pública do seu Estado.

Assinale a opção que indica o procedimento a ser adotado pelo Ouvidor Geral.

- (A) Receber e processar a representação, encaminhando-a, com parecer, ao Conselho Superior, assegurada a defesa preliminar.
- (B) Receber e processar a representação e propor a instauração de processo disciplinar ao Defensor Público Geral.
- (C) Receber e encaminhar a representação ao Corregedor Geral, assegurada a defesa preliminar.
- (D) Receber e processar a representação, sugerindo ao Defensor Público Geral o afastamento do membro da Defensoria Pública, quando cabível.
- (E) Receber e encaminhar a representação ao Conselho Superior, propondo fundamentadamente a suspensão do estágio probatório, caso se trate de Defensor Público Substituto.

Conhecimentos Específicos

Direito Administrativo

31

José da Silva, Juiz Federal aposentado, foi recentemente aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz de Direito do Estado de Mato Grosso.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, uma vez que se trata de um cargo na esfera federal e de outro na esfera estadual.
- (B) É possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, visto que a Constituição somente veda a cumulação remunerada de dois cargos quando em atividade o servidor.
- (C) É possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, mas, quando da aposentadoria nesse último cargo, José da Silva somente terá direito aos proventos correspondentes a um dos cargos.
- (D) Não é possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, uma vez que os respectivos cargos não são acumuláveis.
- (E) Não é possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, mas, quando da aposentadoria nesse último cargo, José da Silva terá direito aos proventos correspondentes aos dois cargos.

32

Sobre a responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A responsabilidade civil do Estado pelos danos causados a terceiros somente restará configurada diante de atos ilícitos.
- II. A expressa previsão, em nosso ordenamento, da responsabilidade objetiva do Estado impede a utilização do caso fortuito ou da culpa da vítima como causas excludentes da responsabilidade.
- III. A responsabilidade objetiva do Estado não dispensa a demonstração do nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano causado.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

33

A União pretende transferir as instalações do Ministério do Trabalho e Emprego na cidade de Cuiabá para uma nova sede, recém-construída. O antigo edifício será alienado para o Estado de Mato Grosso, que lá irá alocar a Secretaria de Estado de Saúde.

Nesse caso, considerando a legislação de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tal alienação depende, unicamente, de licitação, na modalidade de concorrência.
- (B) Tal alienação depende, unicamente, de avaliação prévia e de licitação, na modalidade de concorrência.
- (C) Tal alienação depende de autorização legislativa, além de avaliação prévia e de licitação, na modalidade de concorrência.
- (D) Tal alienação depende de autorização legislativa, além de avaliação prévia e de licitação, em qualquer modalidade.
- (E) Tal alienação depende de autorização legislativa, além de avaliação prévia, dispensada a licitação.

34

José da Silva, servidor público federal, requereu suas férias, mediante formulário específico, para o mês de junho. Por algum equívoco, seu pedido não foi analisado por seu chefe competente para o deferimento ou indeferimento, mas pelo encarregado de outro setor, que, desatento, as deferiu. José da Silva, então, saiu de férias, e, no terceiro dia, seu chefe, que nada sabia a respeito das férias e, aquela altura, estranhava a ausência do zeloso servidor, descobriu o equívoco.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) José da Silva deverá retornar ao serviço, tendo em vista o vício insanável no ato administrativo que deferiu as férias.
- (B) José da Silva poderá prosseguir com suas férias, ainda que instado a retornar ao serviço, tendo em vista sua boa-fé.
- (C) É possível a convalidação do ato administrativo que deferiu as férias a José da Silva, com efeitos retroativos.
- (D) É possível a convalidação do ato administrativo que deferiu as férias a José da Silva, sem efeitos retroativos, devendo as ausências do servidor ser descontadas como faltas ao serviço.
- (E) Não há qualquer vício no ato administrativo que deferiu as férias do servidor, pois a competência é extrínseca ao ato.

35

Em relação às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- () É dispensável a licitação para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- () É dispensável a licitação para a realização de obra nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento, desde que as parcelas de obras e serviços possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e F.
- (D) V, F e V.
- (E) V, F e F.

36

Devido à alteração do projeto de construção de uma rodovia, as obras foram paralisadas, diante da necessidade de desapropriar um terreno que será cortado pela nova pista. Após tentar, sem sucesso, contato com o proprietário do terreno, a Administração autorizou o prosseguimento das obras, de grande importância para a economia da região.

Seis meses depois, o proprietário do terreno, toma ciência de que o seu terreno foi ocupado pela Administração para a construção da rodovia.

Nesse caso,

- (A) é cabível ação ordinária de indenização por desapropriação indireta ou apossamento administrativo, incidindo juros compensatórios desde a ocupação.
- (B) é cabível ação reivindicatória, para que o proprietário do imóvel reavenha o seu terreno, diante do apossamento administrativo.
- (C) é cabível ação de reintegração de posse, tendo em vista o apossamento administrativo sobre o terreno particular.
- (D) é cabível ação ordinária de indenização por desapropriação indireta ou apossamento administrativo, não havendo, entretanto, previsão de incidência de juros compensatórios ou moratórios.
- (E) o proprietário do Terreno poderá optar pelo ajuizamento de uma ação reivindicatória ou pelo ajuizamento de uma ação de indenização por desapropriação indireta ou apossamento administrativo.

37

Em relação aos contratos administrativos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os contratos referentes à prestação de serviços a serem executados de forma contínua admitem prorrogação, até o limite de 60 (sessenta) meses.
- (B) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras ou serviços, já recebidos ou executados, confere ao particular o direito à rescisão unilateral do contrato.
- (C) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- (D) Os contratos administrativos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (E) A rescisão unilateral do contrato pela Administração, em razão da inexecução do contrato por parte do particular, garante à Administração a assunção imediata do objeto do contrato.

38

Durante operação de fiscalização a bares e restaurantes, a Secretaria de Urbanismo do Município observou que o "Bar do Seu Silva" não respeitava o limite para a passagem de pedestres, devido à colocação de mesas e cadeiras na calçada. O espaço mínimo permitido para a circulação era de 1,60 m (um metro e sessenta) e o bar só liberara um espaço de 1,50 m (um metro e cinquenta). Em consequência, os fiscais autuaram o estabelecimento, determinaram a sua interdição e recolheram mesas, cadeiras e barris de chope.

Considerando a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não cabe o oferecimento de qualquer defesa na esfera administrativa ou judicial, em razão do legítimo exercício de autotutela administrativa.
- (B) Não cabe o oferecimento de qualquer defesa na esfera administrativa ou judicial, em razão do legítimo exercício do poder de polícia, que é insuscetível de controle.
- (C) É possível o oferecimento de impugnação administrativa ou judicial, a fim de que se discutam os limites ao exercício do poder de polícia, como a observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- (D) É possível o oferecimento de impugnação administrativa ou judicial, pois o poder de polícia exercido pela fiscalização municipal não goza do atributo da autoexecutoriedade.
- (E) É possível o oferecimento de impugnação administrativa ou judicial, pois a autotutela administrativa somente pode ser exercida após a observância do contraditório e da ampla defesa.

39

Em relação à licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os contratos celebrados pela União para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de tomada de preços.
- (B) Os contratos celebrados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, obrigatoriamente, de licitação pública na modalidade concorrência.
- (C) Os contratos celebrados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, obrigatoriamente, de licitação pública na modalidade pregão eletrônico.
- (D) Para a aquisição de bens e serviços comuns pela União será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.
- (E) A modalidade de licitação a ser adotada para a aquisição de bens e serviços comuns pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios dependerá do valor do objeto da licitação.

40

Após as constantes reclamações dos usuários do serviço de transporte interestadual de passageiros, devido aos atrasos, ao cancelamento de saídas e aos motoristas que se recusavam a ligar o ar-condicionado dos veículos, o concessionário do serviço resolveu paralisar sua prestação por um dia inteiro, a fim de mostrar o transtorno que a falta de ônibus em circulação poderia causar à população.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) As falhas na prestação do serviço caracterizam inexecução parcial do contrato e autorizam a sua encampação.
- (B) A inexecução parcial do contrato poderá acarretar a declaração de caducidade da concessão, precedida de processo administrativo em que se assegure a ampla defesa.
- (C) As falhas na prestação do serviço caracterizam inexecução parcial do contrato e somente autorizam a imposição de penalidades administrativas, não a extinção da concessão.
- (D) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa do concedente, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo concessionário, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.
- (E) A inexecução parcial do contrato poderá acarretar a declaração de caducidade da concessão, garantida ao concessionário a ampla defesa em processo administrativo posterior à declaração.

Direito Constitucional

41

Com o objetivo de assegurar a urbanização do respectivo território, determinada Constituição Estadual dispôs que certo percentual da receita pública deveria ser aplicada, pelo Estado e pelos Municípios, na pavimentação das vias públicas, observada a esfera de competências de cada qual.

Consoante a sistemática estabelecida pela Constituição da República, é correto afirmar que comando dessa natureza é

- (A) inconstitucional somente em relação aos Municípios, isso por afrontar a autonomia política desses entes federados.
- (B) constitucional, pois a Constituição Estadual deve disciplinar a realização da despesa pública pelo Estado e pelos Municípios nele inseridos.
- (C) inconstitucional, pois a matéria é da alçada da lei complementar federal, que deve disciplinar a matéria de modo uniforme em todo o território nacional.
- (D) constitucional, somente em relação aos Municípios, entes federados menores que estão sujeitos às normas estabelecidas pelo ente federado maior, o Estado.
- (E) inconstitucional, pois a matéria é afeta à lei orçamentária, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, estadual ou municipal.

42

Certo ente federado identificou a carência de pessoal em numerosos órgãos administrativos e decidiu realizar concurso público com o objetivo de contratar novos servidores.

A Assessoria Jurídica posicionou-se no sentido de que o edital contivesse cláusulas dispendo sobre as matérias a seguir, que não foram objeto de disciplina específica na legislação de regência.

- I. Fixação de limite de idade para a inscrição, observada a natureza das atribuições a serem desempenhadas.
- II. Caráter eliminatório do exame psicotécnico.
- III. Classificação dos candidatos em esferas territoriais independentes, conforme opção realizada no ato da inscrição.

Consoante a ordem constitucional, assinale a opção que indica as matérias passíveis de serem previstas exclusivamente no edital.

- (A) somente a matéria descrita em I.
- (B) somente a matéria descrita em II.
- (C) somente a matéria descrita em III.
- (D) somente as matérias descritas em I e III.
- (E) as matérias descritas em I, II e III.

43

Com o objetivo declarado de conferir eficácia ao princípio constitucional do duplo grau de jurisdição, bem como em razão do comando da Constituição da República segundo o qual o controle externo, a cargo do Poder Legislativo, “*será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas*”, determinada Constituição Estadual dispôs que, das decisões do Tribunal de Contas do respectivo Estado, no julgamento das contas apresentadas pelos gestores do dinheiro público, caberia recurso, para a Assembleia Legislativa, sem efeito suspensivo, a ser interposto pelo legítimo interessado.

Considerando a sistemática estabelecida pela Constituição da República, o recurso dessa natureza é

- (A) constitucional, isso por estar em perfeita harmonia com os fundamentos declinados e o direito fundamental à ampla defesa.
- (B) inconstitucional, já que, mesmo estando presente o risco de dano, não foi previsto o efeito suspensivo do recurso, o que viola os princípios da ampla defesa e da presunção de inocência.
- (C) constitucional, já que a competência para realizar a fiscalização contábil, financeira e orçamentária foi outorgada ao Poder Legislativo, de modo que suas decisões devem preponderar sobre as do Tribunal de Contas, mero órgão auxiliar.
- (D) inconstitucional, pois a Constituição da República atribuiu ao Tribunal de Contas a competência para o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis pelo dinheiro público, não prevendo a possibilidade de recurso.
- (E) constitucional, desde que o recurso somente alcance as decisões proferidas no julgamento das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo.

44

Pedro, servidor público, mesmo após preencher os requisitos previstos no regime previdenciário para a aposentadoria voluntária, decidiu permanecer no serviço público, isso por exercer uma função de confiança, que somente pode ser atribuída aos servidores ocupantes de cargo efetivo.

Pouco tempo depois, foi promulgada uma emenda constitucional que alterou os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária, o que levou o órgão competente a indeferir, de plano, o pedido de aposentadoria que Pedro decidiu formular já sob a égide dessa nova sistemática.

Nesse caso, o indeferimento está

- (A) correto, pois, enquanto não formulado o requerimento de aposentadoria, há mera expectativa de direito, mesmo que já preenchidos os requisitos exigidos pela legislação anterior.
- (B) incorreto, pois, uma vez preenchidos os requisitos exigidos pela legislação regente da aposentadoria voluntária, encontra-se configurado o direito adquirido, ainda que o requerimento seja formulado sob a égide da norma que a modificou.
- (C) correto, pois o direito adquirido à aposentadoria voluntária somente seria oponível à lei, não à emenda constitucional.
- (D) incorreto, pois o pedido de aposentadoria não poderia ser indeferido sem que fosse assegurado a Pedro o contraditório e a ampla defesa.
- (E) correto, pois, como o requerimento de aposentadoria configura um dos requisitos exigidos para o deferimento desse benefício, há de ser considerada a sistemática vigente à época de sua formulação.

45

A respeito da competência originária do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Está prevista na Constituição da República e pode ser ampliada em lei complementar originária de projeto de iniciativa do próprio Supremo Tribunal Federal.
- II. As autoridades, que possuam foro por prerrogativa de função perante o Tribunal, devem ser por ele julgadas, mesmo após a cessação de sua atuação funcional, por atos praticados à época em que ocupavam o cargo ao qual estava associada a prerrogativa.
- III. O julgamento de Deputados Federais e Senadores por crimes de responsabilidade pode ser realizado independentemente de autorização da respectiva Casa Legislativa.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver incorreta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver incorreta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver incorreta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem incorretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

46

Na medida em que o Supremo Tribunal Federal, consoante o Art. 102, I, a, da Constituição da República, é competente para processar e julgar, originariamente, “a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual”, é correto afirmar que o ato normativo a que se refere o comando constitucional

- (A) deve ter, necessariamente, natureza infraconstitucional.
- (B) mesmo que tenha natureza regulamentar, portanto, infralegal, sempre poderá ser objeto de impugnação.
- (C) abrange a lei de efeitos concretos.
- (D) deve ter, necessariamente, os atributos da generalidade e da abstração.
- (E) deve ter sido, necessariamente, editado pelo Poder Legislativo.

47

A respeito dos instrumentos de atuação das comissões parlamentares de inquérito instauradas no âmbito das Casas do Congresso Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Podem determinar a realização de interceptação telefônica.
- (B) Podem determinar a quebra de sigilo telefônico.
- (C) Podem determinar a indisponibilidade dos bens dos investigados.
- (D) Podem determinar a realização de busca e apreensão domiciliar.
- (E) Podem determinar que o investigado não se ausente do país.

48

Considerando a classificação das normas constitucionais, assinale a opção que indica a norma de eficácia contida.

- (A) É livre o exercício de qualquer profissão, atendidas as qualificações que a lei venha a estabelecer.
- (B) O Estado deve garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) O Presidente da República não está sujeito à prisão antes da sentença penal condenatória.
- (D) As atribuições do Conselho de Defesa das Minorias serão definidas em lei.
- (E) É dever da sociedade proteger os idosos, na forma definida em lei.

49

Pedro, de 22 anos, ajuizou ação de investigação de paternidade em face de Paulo, que já contava com 65 anos de idade. Em provas, requereu a realização de prova pericial que exigia o fornecimento de sangue pelos envolvidos no processo.

Como Paulo negou-se a fornecer alguns poucos mililitros do seu sangue para a realização do exame, o juiz da causa determinou a sua condução coercitiva, pela força policial, a um laboratório, local em que a extração do sangue seria feita de forma compulsória.

De acordo com a sistemática constitucional, o juiz agiu de maneira

- (A) correta, pois o princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional não permite que alguém se negue a contribuir com a Justiça.
- (B) incorreta, pois os direitos dos idosos sempre têm preeminência quando em conflito com direitos de indivíduos maiores e capazes.
- (C) correta, pois o direito de Pedro ao conhecimento da identidade de seu pai encontra-se ao abrigo do princípio da dignidade da pessoa humana.
- (D) incorreta, pois a extração compulsória do sangue de Paulo viola o seu direito à intimidade.
- (E) correta, pois a ínfima quantidade de sangue a ser extraída de Paulo gera uma lesão de peso inferior ao direito de Pedro ao conhecimento de sua ascendência.

50

A ordem constitucional, ao dispor sobre a existência dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si, mostra-se compatível com a possibilidade de

- (A) uma Comissão Parlamentar de Inquérito examinar a juridicidade de atos praticados pelo Poder Judiciário, de modo a identificar possíveis desvios de conduta.
- (B) a Constituição Estadual determinar a prévia aprovação, pela Assembleia Legislativa, de todos os presidentes de entes da Administração Pública nomeados pelo Poder Executivo.
- (C) o Presidente do Tribunal de Justiça ser convocado a prestar esclarecimentos perante a Assembleia Legislativa.
- (D) o Poder Legislativo, por meio de comissão específica, referendar as licenças ambientais concedidas pelo Poder Executivo.
- (E) o Poder Legislativo editar leis interpretativas, de modo a direcionar a atuação dos Poderes Executivo e Judiciário no sentido indicado.

Direito Civil**51**

Maria, famosa atriz, foi contratada pela sociedade empresária XPTO Bebidas S.A., em junho de 2012, para ser “garota-propaganda” da marca de refrigerante Oba. Pelo contrato, obrigou-se Maria a ceder, de forma remunerada e temporariamente, o uso e a exploração de sua imagem para a representação da marca Oba. Em janeiro de 2013, Maria depara com um anúncio publicitário em uma revista em que é retratada segurando uma cerveja, a Shiva, também fabricada por XPTO Bebidas S.A.

Sobre os fatos descritos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Houve descumprimento contratual por parte de XPTO Bebidas S.A. e Maria sofreu violação em seu direito de imagem, sendo legítima a reparação por danos morais e patrimoniais.
- (B) Não houve descumprimento contratual por parte da Sociedade XPTO Bebidas S.A., pois Maria cedeu o uso e a exploração de sua imagem à sociedade empresária em questão.
- (C) A XPTO Bebidas S.A. violou a função social do contrato ao explorar indevidamente imagem de pessoa sem a sua autorização.
- (D) A XPTO Bebidas S.A. ofendeu a boa-fé objetiva contratual ao violar o direito à privacidade de Maria.
- (E) Houve descumprimento contratual por parte da XPTO Bebidas S.A. e Maria sofreu violação em seu direito de imagem, sendo legítima a reparação por danos morais, somente.

52

A respeito dos institutos da prescrição e da decadência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveitam os outros se a obrigação for divisível ou indivisível.
- (B) A renúncia da prescrição valerá ainda que haja prejuízo de terceiro, desde que depois de o prazo se consumir.
- (C) A decadência fulmina os atributos do direito subjetivo do credor, impedindo-o de cobrar o adimplemento.
- (D) A contagem do prazo decadencial está impedida ou suspensa contra os absolutamente incapazes.
- (E) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

53

Em relação ao direito de vizinhança, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono da árvore, já que são classificados como bens de natureza acessória.
- (B) O proprietário ou o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição ou a reparação deste, quando ameace ruína, bem como que lhe preste caução pelo dano iminente.
- (C) O dono do prédio que não tiver acesso à via pública pode constranger o vizinho a lhe dar passagem, independentemente do pagamento de indenização.
- (D) Todo aquele que violar as proibições referentes ao direito de vizinhança é obrigado a demolir as construções feitas, sendo dispensada a indenização por perdas e danos.
- (E) É defeso abrir janelas, ou fazer terraço ou varanda, a menos de dois metros do terreno vizinho.

54

Rita, por 11 anos, sem interrupção nem oposição de quem quer que seja, possui, como seu, imóvel no qual estabeleceu a sua moradia habitual.

Considerando que Rita não possui qualquer título referente à titularidade proprietária do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- (A) Estando Rita de comprovada boa-fé, e somente nesse caso, poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por meio de ação de usucapião, na qual requeira ao juiz declaração por sentença, que servirá como título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (B) Independentemente de comprovada boa-fé, Rita poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por meio de ação de usucapião, na qual requeira ao juiz declaração por sentença, que servirá como título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) Independentemente de agir com boa-fé, Rita não poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por não ter atingido ainda o tempo mínimo da prescrição aquisitiva, qual seja, quinze anos.
- (D) Estando Rita de comprovada boa-fé, e somente nesse caso, poderá adquirir o direito de superfície do bem imóvel por ter atingido o tempo mínimo para a titularidade, qual seja, cinco anos.
- (E) Independentemente de agir com boa-fé, Rita não poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por não haver realizado nele obras ou serviços de caráter produtivo.

55

Mariana, comodante, e André, comodatário, celebraram contrato de comodato de imóvel residencial com prazo de cinco anos, a partir de 5/10/2009. Alcançado o termo contratual, André não promoveu a devolução do bem a Mariana e, em 5/11/2014, foi notificado extrajudicialmente para a desocupação do imóvel, no prazo de trinta dias, e o pagamento de aluguel, no valor de R\$ 2.000,00 por mês. André ignorou a notificação extrajudicial e permaneceu ocupando o imóvel a título gratuito.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Mariana não poderá arbitrar valor de aluguel estando André em mora para devolver o imóvel, podendo somente requerer judicialmente a reintegração e imissão na posse e a indenização dos danos sofridos.
- (B) Mariana poderá arbitrar valor de aluguel estando André em mora para devolver o imóvel, tendo a mais ampla liberdade para a fixação do valor, pois este caracteriza-se como uma pena.
- (C) Mariana poderá arbitrar o valor do aluguel a ser devido por André, independentemente de decisão judicial, como forma de autotutela de seu direito de se reintegrar na posse do imóvel.
- (D) Mariana tem direito ao valor do aluguel que será devido por André desde a notificação extrajudicial até a desocupação do imóvel, desde que seja fixado por decisão judicial.
- (E) Mariana tem direito ao valor do aluguel que será devido por André desde a notificação extrajudicial até a desocupação do imóvel, descontadas do valor as despesas ordinárias realizadas por André no uso e gozo do imóvel.

Direito Processual Civil

56

No que concerne à característica da inércia da jurisdição, assinale a opção que configura uma **exceção** a ela.

- (A) Inventário.
- (B) Reintegração de posse de imóvel público.
- (C) Ação popular.
- (D) Ação civil pública.
- (E) Ação declaratória de nulidade de ato administrativo.

57

Depois de um acidente automobilístico envolvendo três veículos, um dos condutores, Luiz, sofreu graves lesões corporais, cuja culpa pelo acidente fora exclusivamente do condutor Marcos. Entretanto, Luiz ajuizou ação em face de José, pleiteando a indenização dos danos materiais e morais sofridos, acreditando ter sido ele o causador do acidente. Citado, José procurou o órgão da Defensoria Pública para atuar em sua defesa.

Diante dos fatos, a linha a nortear a resposta de José deverá ser no sentido de

- (A) suscitar a questão preliminar relativa à sua ilegitimidade passiva *ad causam*, pugnando-se pela extinção do processo sem resolução do mérito.
- (B) promover a denúncia da lide em relação a Marcos, para que, na eventualidade de ser condenado a pagar as verbas indenizatórias reclamadas por Luiz, possa o réu exercer, no mesmo processo, o direito de regresso em face do único responsável pelo ato ilícito.
- (C) alegar, como tese meritória, a ausência dos pressupostos da responsabilidade civil que lhe foi atribuída na petição inicial, pugnando-se pela improcedência do pedido ali formulado.
- (D) arguir a questão preliminar relativa à ausência de pressuposto de validade da relação processual.
- (E) alegar a inobservância da regra do litisconsórcio passivo necessário, pugnando-se pela extinção do processo sem resolução do mérito.

58

Encerrada a fase instrutória nos autos de ação de despejo por falta de pagamento do aluguel e acessórios, relativa a um imóvel objeto de contrato de locação celebrado entre particulares, o juiz proferiu sentença em que acolhia o pleito autoral. Inconformado, o demandado interpôs recurso de apelação, que foi recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Discordando dessa decisão, por entender que o apelo da parte ré não seria dotado de efeito suspensivo, o autor deve

- (A) interpor agravo retido, ao qual o órgão *ad quem* deverá negar provimento.
- (B) interpor agravo retido, ao qual o órgão *ad quem* deverá dar provimento.
- (C) ajuizar mandado de segurança, por se tratar de decisão irrecurável.
- (D) interpor agravo de instrumento, ao qual o órgão *ad quem* deverá dar provimento.
- (E) interpor agravo de instrumento, ao qual o órgão *ad quem* deverá negar provimento.

59

Em relação à coisa julgada material, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os seus limites subjetivos alcançam tanto o substituto processual quanto o substituído.
- (B) Os seus limites objetivos alcançam o dispositivo da sentença e a questão prejudicial, ainda que, quanto a esta, não tenha sido ajuizada prévia ação declaratória incidental.
- (C) A sua formação pressupõe a prolação de sentença definitiva, não terminativa.
- (D) A sua formação gera eficácia preclusiva quanto às alegações que as partes poderiam ter deduzido no processo, mas não o fizeram.
- (E) A sua formação também se dá no âmbito das ações coletivas, tanto nas hipóteses de acolhimento quanto nas de rejeição do pedido, desde que, quanto a estas, o fundamento não tenha residido na insuficiência do conjunto probatório.

60

Servidor de um município, em razão do cometimento de grave ilícito funcional, respondeu a processo administrativo disciplinar, que culminou na edição de pena de demissão em seu desfavor. Inconformado, intentou demanda, pelo rito ordinário, pleiteando a invalidação da sanção demissória, sob o fundamento de não haver praticado a falta disciplinar que lhe fora atribuída. A referida ação foi distribuída a uma das varas da comarca dotada de competência para matéria fazendária.

Dez dias depois de distribuída a demanda, o mesmo servidor ajuizou uma segunda ação em face do ente federativo municipal, postulando a invalidação do mesmo ato punitivo, já então alegando, como fundamento de seu pedido, não ter sido observado o seu direito à ampla defesa e ao contraditório no processo administrativo disciplinar. A nova demanda, à qual também se atribuiu o rito ordinário, foi distribuída a um outro juízo fazendário da mesma comarca.

Nesse cenário, a consequência deve ser

- (A) o reconhecimento da litispendência, com a extinção do feito em que a citação válida ocorreu em segundo lugar.
- (B) o reconhecimento da litispendência, com a extinção do feito em que se proferiu o provimento ordenatório da citação em segundo lugar.
- (C) o reconhecimento da carência de ação, diante da ausência de interesse de agir, com a extinção do feito cuja inicial foi distribuída em segundo lugar.
- (D) o reconhecimento da conexão entre as ações, reunindo-se os correspondentes feitos para julgamento simultâneo, perante o juízo fazendário em que ocorreu a citação válida em primeiro lugar.
- (E) o reconhecimento da conexão entre as ações, reunindo-se os correspondentes feitos para julgamento simultâneo, perante o juízo fazendário em que se proferiu o provimento ordenatório da citação em primeiro lugar.

Direito Penal

61

Thiago, nascido em 10/10/90, foi denunciado pela prática do crime de tentativa de homicídio qualificado (Art. 121, § 2º, inciso IV c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal) por fato ocorrido em 01/11/10.

A denúncia foi recebida em 05/05/14, tendo o feito regular prosseguimento. Em 12/10/14, foi publicada decisão do juiz pronunciando o acusado. Inconformada com essa decisão, a advogada do réu interpôs o recurso cabível, mas a pronúncia foi confirmada em decisão do Tribunal proferida e publicada em 12/12/14.

Considerando apenas essas informações, é correto afirmar que a prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato ocorrerá em

- (A) 12 de dezembro de 2034.
- (B) 12 de outubro de 2034.
- (C) 12 de outubro de 2030.
- (D) 12 de dezembro de 2024.
- (E) 12 de outubro de 2024.

62

Luan é reincidente na prática do crime do Art. 217-A do Código Penal. Os fatos que justificaram ambas as condenações ocorreram em 2010 e 2014.

Nesse caso, é correto afirmar que o benefício do livramento condicional

- (A) poderá ser concedido após cumprimento de 2/3 da pena.
- (B) poderá ser concedido após cumprimento de 3/5 da pena.
- (C) não poderá ser concedido a Luan.
- (D) poderá ser concedido após cumprimento de 1/2 da pena.
- (E) poderá ser concedido após cumprimento de 1/3 da pena.

63

João e José decidem praticar um crime de roubo, que ocorreria com a subtração do veículo automotor de Maria, vizinha de João. A grande dificuldade do plano criminoso estava no local em que seria escondido o veículo antes de ser desmontado para a venda das peças.

João e José procuraram Marcus, primo de José e proprietário de uma oficina mecânica, e perguntaram se ele teria interesse em guardar o carro no estabelecimento por uma semana. Marcus concordou, o acordo foi sacramentado e, então, o crime de roubo foi praticado.

Considerando apenas os fatos descritos, Marcus responderá criminalmente pelo crime de

- (A) roubo majorado.
- (B) receptação simples.
- (C) favorecimento real.
- (D) receptação qualificada.
- (E) favorecimento pessoal.

64

O Art. 68 do Código Penal prevê um sistema trifásico de aplicação da pena pelo magistrado. Na primeira fase serão consideradas as circunstâncias do Art. 59 do Código Penal; na segunda, as agravantes e atenuantes; na terceira, as causas de aumento e de diminuição.

A esse respeito, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diversas ações penais em curso podem justificar o reconhecimento de maus antecedentes.
- (B) A sentença penal condenatória, cuja execução da pena tenha sido extinta há mais de cinco anos, não pode justificar o reconhecimento da reincidência, mas pode justificar os maus antecedentes.
- (C) A sentença condenatória definitiva pela prática de crime posterior poderá configurar maus antecedentes caso o trânsito em julgado ocorra antes do julgamento do primeiro crime.
- (D) No crime de roubo, o número de majorantes pode, por si só, determinar o *quantum* de aumento na terceira fase.
- (E) Na segunda fase de aplicação da pena, a pena intermediária pode ser fixada abaixo do mínimo legal.

65

Fernanda, funcionária pública vinculada à Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso, no ponto de ônibus em frente ao prédio da administração da Defensoria, após deixar seu trabalho na companhia de uma colega de serviço, aproveitando-se da distração desta, subtraiu sua carteira, que estava dentro da bolsa.

Descoberta por meio de câmeras de segurança, Fernanda deverá ser denunciada pela prática do crime de

- (A) peculato-furto.
- (B) estelionato.
- (C) peculato-desvio.
- (D) furto.
- (E) peculato-apropriação.

Direito Processual Penal

66

João Fernandes foi condenado à pena de oito anos de reclusão pela prática do crime de estupro de vulnerável. Quando se encontrava em regime semiaberto, foi encontrado na cela com um telefone celular escondido embaixo do seu colchão.

Diante dessa situação, é correto afirmar que João

- (A) praticou falta grave e, caso punido, poderá ter todos os seus dias remidos revogados.
- (B) não praticou falta grave, pois a execução penal também está sujeita ao princípio da legalidade.
- (C) praticou falta grave, mas, mesmo punido, não poderá ter o período de contagem do livramento condicional interrompido.
- (D) praticou falta grave e, caso punido, poderá ter até metade dos dias remidos revogados.
- (E) praticou falta grave, mas, mesmo punido, não poderá ter aplicada a regressão de regime de cumprimento de pena.

67

Maria, que nunca havia tido qualquer envolvimento prévio com o aparato policial ou judicial, após descobrir a traição de seu cônjuge, Erik, ofendeu a integridade física deste, causando-lhe lesões corporais de natureza leve. Revoltado, Erik comparece à delegacia, onde registra o fato e manifesta interesse de representar contra sua esposa.

Nessa situação, considerando que o crime é de menor potencial ofensivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Poderá ser designada audiência preliminar para composição de danos civis e, caso o acordo ocorra e seja homologado pelo juiz, o recurso cabível será de apelação.
- (B) Poderá, caso não haja composição de danos, ser oferecida pelo Ministério Público proposta de transação penal, que, sendo aceita, não gera reincidência nem maus antecedentes, mas gera efeitos civis.
- (C) Poderá ser designada audiência preliminar para composição de danos civis e, mesmo que o acordo ocorra e seja homologado pelo juiz, não importará renúncia ou retratação ao direito de representação.
- (D) Poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo caso não haja composição de danos ou transação, sendo possível ao juiz impor condições adequadas ao fato e à situação do agente além das previstas em lei.
- (E) Poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo caso não haja composição de danos ou transação, sendo que, no período de suspensão, caso as condições sejam cumpridas, correrá prescrição normalmente.

68

A Lei nº 12.403 de 04/05/11 inovou no tratamento conferido pelo Código de Processo Penal ao tema das prisões e medidas cautelares. Existem, ainda, outros diplomas legais que tratam do assunto, como a Lei nº 7.960/89, que disciplina a prisão temporária.

Sobre as medidas cautelares pessoais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo magistrado.
- (B) O reincidente na prática de crimes dolosos ou culposos poderá ter sua prisão preventiva decretada, mesmo que o novo crime praticado tenha pena máxima em abstrato inferior a 04 anos.
- (C) Caberá internação provisória no caso de crime praticado com violência quando os peritos concluírem ser o agente inimputável, ainda que não haja risco de reiteração.
- (D) De acordo com o Código de Processo Penal, a prisão preventiva não poderá ser decretada de ofício em momento algum do processo.
- (E) Verificado que não mais subsistem os motivos que justificaram a prisão preventiva, o juiz poderá relaxar a prisão.

69

No dia 07/01/14, Antônio foi preso em flagrante e denunciado pela prática do crime previsto no Art. 121 do Código Penal. Finda a instrução da primeira fase do procedimento bifásico do júri, o juiz revogou a prisão do acusado e concedeu prazo para as partes apresentarem alegações finais escritas.

Após a apresentação, Antônio foi pronunciado. A intimação dessa decisão foi buscada no endereço constante dos autos, não sendo o réu encontrado. Após diversas diligências, foi certificado que o réu estava em local incerto e não sabido.

Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O processo não poderá prosseguir, pois a intimação do acusado da decisão de pronúncia deve ser pessoal.
- (B) Poderá ser determinada a intimação do réu da decisão de pronúncia por edital, inclusive com posterior julgamento em plenário, independentemente de sua presença.
- (C) Poderá ser determinada a intimação do réu da decisão de pronúncia por edital, mas o processo ficará suspenso caso ele não compareça aos atos posteriores.
- (D) Caso o réu tenha sido citado pessoalmente, não é necessária sua intimação da decisão de pronúncia.
- (E) Mesmo não sendo o acusado encontrado para ser intimado da decisão de pronúncia, o Defensor Público em atuação poderá entrar com recurso de apelação dessa decisão.

70

Bruno foi condenado pela prática do crime de extorsão qualificada. Quando cumpridos os requisitos objetivos, requereu ao juiz em atuação na Vara de Execuções Penais a progressão de regime, sendo o pleito indeferido com o fundamento na gravidade em abstrato do crime praticado. O defensor público foi intimado pessoalmente dessa decisão.

Assinale a opção que indica o recurso que deve ser interposto e seu prazo.

- (A) Agravo de execução e 15 dias.
- (B) Recurso em sentido estrito e 05 dias.
- (C) Agravo de execução e 10 dias.
- (D) Apelação e 10 dias.
- (E) Agravo de execução e 05 dias.

Direito do Consumidor

71

Em relação à cobertura de tratamento experimental por operadora de plano de saúde, assinale a afirmativa correta.

- (A) É abusiva a cláusula de contrato de plano de saúde que vede a cobertura de tratamento experimental em qualquer caso.
- (B) A operadora de plano de saúde será compelida a custear o tratamento experimental apenas quando houver cláusula expressa no contrato.
- (C) A obrigação da operadora de plano de saúde de custear o tratamento experimental está expressamente prevista no CDC.
- (D) O consumidor poderá optar pelo tratamento experimental às expensas da operadora de plano de saúde, ainda que o tratamento convencional se mostre eficaz.
- (E) A operadora de plano de saúde deve custear tratamento experimental se houver indicação médica.

72

Com relação aos prazos de prescrição e decadência previstos no Código de Defesa do Consumidor, analise as afirmativas a seguir.

- I. O direito de reclamar pelos vícios ocultos no produto caduca em 90 dias, quando se tratar do fornecimento de serviços e de produtos duráveis.
- II. O consumidor tem 30 dias para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- III. É de três anos o prazo prescricional para reparação de danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

73

A respeito do Código de Defesa do Consumidor, analise as afirmativas a seguir.

- I. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor nos casos em que a pessoa jurídica adquire produto ou serviço para revenda ou transformação por meio de beneficiamento ou montagem.
- II. Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista e securitário.
- III. Como o Código de Defesa do Consumidor prevê que serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo mediante remuneração, é certo dizer que o serviço gratuito prestado ao consumidor por provedor de Internet afasta a aplicação da lei consumerista.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

74

A respeito da *responsabilidade pelo fato do produto e do serviço*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Se o vício do produto não for sanado no prazo máximo de 30 dias, e na impossibilidade de se atender pedido do consumidor de substituição por outro da mesma espécie, o Código de Defesa do Consumidor autoriza a substituição por outro de espécie superior, mas veda a complementação de eventual diferença de preço.
- (B) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
- (C) O CDC autoriza que a reexecução de serviços prestados pelo fornecedor seja por ele confiada a terceiros.
- (D) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.
- (E) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

75

A respeito das *cláusulas abusivas*, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
- () No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informar-lhe prévia e adequadamente sobre a soma total a pagar, com e sem financiamento.
- () As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, F e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, V e F.

Estatuto da Criança e do Adolescente

76

Relacione os Princípios que regem a aplicação das medidas específicas de proteção às respectivas definições.

1. Intervenção Precoce
 2. Intervenção Mínima
 3. Proporcionalidade e Atualidade
 4. Responsabilidade Parental
- () A intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente.
 - () A intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.
 - () A intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontra no momento em que a decisão é tomada.
 - () A intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.

Assinale a opção que indica a relação correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4
- (B) 1 – 4 – 2 – 3
- (C) 2 – 4 – 1 – 3
- (D) 2 – 4 – 3 – 1
- (E) 4 – 3 – 2 – 1

77

Com relação ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária de toda a criança e todo adolescente, assinale a afirmativa correta.

- (A) O consentimento da criança ou do adolescente, colhido em audiência, será necessário para sua colocação em família substituta.
- (B) A adoção será sempre precedida de estágio de convivência com a criança ou o adolescente.
- (C) A inclusão da criança ou do adolescente em programas de acolhimento institucional terá preferência ao acolhimento familiar.
- (D) A manutenção ou reintegração da criança ou adolescente à sua família não terá preferência em relação a qualquer outra providência.
- (E) A adoção é medida excepcional e irrevogável, a que se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa.

78

Com relação ao direito à educação das crianças e dos adolescentes, analise as afirmativas a seguir.

- I. A criança e o adolescente têm o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- II. O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será prestado exclusivamente na rede regular de ensino.
- III. A criança e o adolescente têm direito de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

79

Fernando, após cumprir medida socioeducativa de liberdade assistida, pela prática de atos infracionais análogos aos crimes de tráfico de entorpecentes e de porte ilegal de armas, foi apreendido quando transportava cinquenta pedras de *crack*.

Considerando o quadro fático apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Poderá ser aplicada a medida socioeducativa de internação, pois Fernando já praticou anteriormente infração de natureza grave, desde que, para tanto, seja realizada uma análise subjetiva do adolescente, levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto.
- (B) Não poderá ser aplicada a medida socioeducativa de internação, uma vez que o adolescente não foi submetido anteriormente à medida socioeducativa de semiliberdade.
- (C) Não poderá ser aplicada a medida socioeducativa de internação, pois a reiteração prevista em lei, que justificaria a internação de Fernando, ocorre quando impostas anteriormente duas medidas socioeducativas ao infrator.
- (D) Poderá ser aplicada a medida socioeducativa de internação, diante do caráter hediondo do tráfico de entorpecentes, independentemente de o adolescente já ter cometido infração de natureza grave.
- (E) Não poderá ser aplicada a medida socioeducativa de internação, haja vista que o ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas não é cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

80

Maria, mãe de João, foi presa em flagrante, pela prática do crime de tráfico de entorpecentes, prisão esta convertida em preventiva. Julgada, Maria foi condenada à pena de seis anos de reclusão, em regime inicialmente fechado.

Com a prisão de Maria, o Ministério Público ingressou com ação de destituição do poder familiar em favor de João, objetivando a sua inclusão em família substituta. Aduziu o Promotor de Justiça como causas de pedir, que Maria fora condenada por crime doloso a pena de reclusão, e que ela não possuía condições materiais de cuidar do filho. Após a citação por edital, foi decretada a revelia, sendo nomeado Defensor Público como Curador Especial.

Assinale a opção que apresenta o argumento que o Defensor Público, em sua contestação, deverá utilizar.

- (A) Ausentes preliminares a serem arguidas. No mérito, que os fatos alegados pelo Ministério Público poderiam ensejar apenas a suspensão, não a destituição do poder familiar.
- (B) Preliminarmente, nulidade da citação por edital, diante da ausência de citação pessoal da presa. No mérito, que a condenação não foi decorrente de crime doloso praticado contra o próprio filho, e que a falta de condições materiais não constitui motivo suficiente para a destituição do poder familiar.
- (C) Ausentes preliminares a serem alegadas. No mérito, em que pese a condenação por crime doloso, a pena não foi tão alta, possibilitando a aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional ou familiar em favor do infante, até que a condenada ingresse no regime aberto ou receba o benefício do livramento condicional.
- (D) Preliminarmente, nulidade da citação por edital, pois não realizada a citação pessoal da presa. No mérito, que os fatos alegados pelo Ministério Público poderiam ensejar apenas a suspensão e não a destituição do poder familiar.
- (E) Ausentes preliminares a serem suscitadas. No mérito, que a condenação não foi decorrente de crime doloso praticado contra o filho e que a falta de condições materiais não constitui motivo suficiente para a destituição do poder familiar.

Realização

